

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ-PARÁ

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.n1v1p48-63

Márcio Júnior Benassuly Barros

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ-PARÁ¹

Márcio Júnior Benassuly BARROS²

40

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir o território e o desenvolvimento a luz da implantação do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM). A pesquisa está dividida em quatro partes. Na primeira parte, discute-se o território sob a abordagem política e a atuação dos diferentes atores (sociais, políticos e econômicos) presentes no território. Na segunda parte, aborda-se o desenvolvimento enquanto objetivo primeiro das políticas públicas. Na terceira parte, enfocamos as experiências de desenvolvimento regional e ordenamento territorial que estão sendo realizados pelo Ministério da Integração Nacional em nível nacional e no Estado do Pará. A quarta parte consiste de uma análise crítica sobre este plano, aqui abordado no contexto do paradigma do desenvolvimento sustentável que coloca a necessidade da implantação de um desenvolvimento territorial que consiga conciliar as questões econômicas, sociais e ambientais, passando pela análise da baixa densidade técnica e econômica primária, além da escassez da oferta de serviços públicos existentes no arquipélago.

Palavras Chaves: território, desenvolvimento, políticas públicas, Marajó.

PLANIFICATION ET DÉVELOPPEMENT: UNE ANALYSE CRITIQUE DU PLAN DE DEVELOPPEMENT TERRITORIAL DURABLE DE L'ARCHIPEL MARAJÓ – PARÁ

Résumé

Cette recherche vise à discuter du territoire et de l'élaboration du plan de déploiement de lumière pour le développement territorial durable de l'archipel de marajó (pdtsam). La recherche est divisée en quatre parties. Dans la première partie, j'ai discuté - le territoire relevant de l'approche politique et la performance des différents acteurs (sociaux, politiques et économiques) sur le territoire. La deuxième partie traite de l'objectif principal, tout en développant des politiques publiques. Dans la troisième partie, nous concentrons sur les expériences de développement régional et d'aménagement du territoire menée par le ministère de l'intégration nationale à l'échelle nationale et dans l'état du Pará la quatrième partie consiste en une analyse critique de ce plan, examiné ici dans le contexte du paradigme développement durable qui met la nécessité de la mise en place d'un développement territorial qui puisse réconcilier économique, social et environnemental, à travers l'analyse de basse densité technique primaire et économique, en plus de la pénurie de l'offre des services publics existants dans l'archipel.

Mots clés: planification, le développement, la politique publique, Marajo.

INTRODUÇÃO

¹ Este trabalho é parte das discussões acadêmicas realizadas durante a disciplina de mestrado “estratégias de desenvolvimento regional”, ministrada pelos professores Doutores João Márcio Palheta da Silva e José Julio Ferreira Lima no segundo semestre de 2007 na Universidade Federal do Pará.

² Geógrafo (UFPA), Mestre (UFPA) e Doutorando em Geografia (UNB). Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Campus Darcy Ribeiro. Asa Norte. Brasília. DF. CEP:70904-970. E-mail: marciobena@ufpa.br.

Este artigo compõe-se de quatro diferentes partes que no seu conjunto procuram abordar a questão do Marajó, onde território e desenvolvimento são abordados a luz do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM). Com o anúncio da criação do grupo executivo interministerial por decreto presidencial de 26 de julho de 2006, toda região marajoara, passou a vislumbrar a adoção de um plano, que pudessem mudar a triste realidade de abandono no qual o Marajó se encontra atualmente. Com a elaboração do plano, um total de 88 ações prioritárias foi demandado pelas várias instâncias de decisões, dentre elas cinco consultas públicas realizadas em municípios pólos, representando os 16 municípios da região. Se executadas essas ações, certamente que a região passará por um novo estágio em seu território do ponto de vista de seu desenvolvimento, onde para a sua real concretização deverá contar com a pactuação para o desenvolvimento territorial das três esferas de governo (Federal, Estadual, Municipal), além dos atores econômicos e sociais organizados. Essas ações deveram ter como objetivo a inclusão social e a cidadania das populações que ali vivem, pois somente desta forma, teremos um plano que realmente cumpra com o desafio que é incluir as pessoas como um todo em suas ações.

O TERRITÓRIO COMO EXPRESSÃO POLÍTICA

O território enquanto conceito geográfico está fortemente ligado ao conceito de espaço, sem dúvida o debate geográfico de espaço é bem anterior ao debate geográfico de território, o que levou segundo Santos (1978) a consolidação na geografia de uma “espaciologia” onde o espaço é que deveria ser exaustivamente estudado e pesquisado.

Espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente) o ator territorializa o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Neste sentido, o espaço é transformado em território pela atuação dos atores sociais, políticos, econômicos que tem contribuído com o mesmo para um caráter político, pelas diversas formas de poder e controle do mesmo, o que fica bastante evidenciado nas territorialidades dos grupos políticos aí estabelecido.

Na geografia política, o território está bastante vinculado a idéia de exercício de poder, onde o território representa um espaço definido por e a partir de uma relação de poder que são

projetados na sociedade. O espaço é transformado em território a partir das relações de arranjo e rearranjo de poder que são realizados no território.

Os exercícios de poder envolvem diferentes atores sociais em conflitos que procura impor e materializar suas ações e práticas num determinado território (SILVA, 1999). Neste sentido, o território passa a ser visto como um campo de forças onde os grupos organizados passam a territorializar-se e a operar politicamente no mesmo. Essa abordagem de território tem no conceito de poder uma centralidade. Para estudiosos como Souza (1995) o território é tido como um espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder. Este enfoque de análise privilegia os atores sociais enquanto sujeitos de operacionalização das ações políticas sobre o território. Aqui a vertente relacional de território, parece ser de fundamental importância para o entendimento desta realidade territorial de investigação.

Assim podemos afirmar que o território relacionalmente falado, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociável da esfera jurídico-político. (HAESBAERT, 2006, p. 93)

O território é tido como locus da possibilidade de atuação concreta dos diversos atores organizados da sociedade, que passam a disputar politicamente através das alianças políticas o controle e a gestão do mesmo, essas relações são marcadas por avanços e recuos.

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mais também, no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx [...] justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade. (HAESBAERT, 2006, p.82)

Os grupos politicamente organizados no território, para poderem si manter no poder político fazem alianças as mais diversificadas possíveis, pois os interesses da sociedade são diversos, onde o controle, a gestão territorial e a construção de sistemas de engenharia (rodovias, portos, linhas de transmissão de energia etc.) são instrumentos capazes de dotar o território de uma funcionalidade e agilidade no seu uso por parte dos diferentes setores econômicos, sociais e políticos no ente territorial.

DESENVOLVIMENTO: OBJETIVO PRIMEIRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Desenvolvimento e políticas públicas têm sido utilizados com bastante frequência atualmente na imprensa no Brasil, haja vista que, a elaboração e execução do plano investimento do governo do federal, aqui materializado principalmente no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); têm contribuído para a divulgação dessas ações perante a população em geral de nosso país. Essas palavras são usadas nestes planos indicando melhorias, progresso, crescimento, evolução etc.

A palavra desenvolvimento é sem duvida um termo que pode ser utilizado metaforicamente, para designar uma grande variedade de situação dependendo do contexto em que é empregada. Este termo, é utilizado com frequência na biologia no sentido de evolução, na economia indica crescimento que a partir dos teóricos do desenvolvimento recebeu um novo qualitativo sendo reduzido a crescimento econômico de uma dada realidade concreta.

O Desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com os quais foi criado, crescimento, evolução, maturação. Da mesma forma, os que hoje usam a palavra não conseguem liberta-se de uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua linguagem pensamento e ação. Não importa o contexto em qual está sendo usada ou a conotação precisa que o usuário queira lhe dar a expressão de alguma maneira torna-se qualificada e colorida com outros significados que provavelmente nem eram desejados. A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo por que estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável e na direção de uma meta desejável. (ESTEVA, 2000, p. 64)

Não demorou muito para os políticos perceberem o poder mágico que esta palavra carrega em si. Foi o presidente Truman quem inaugurou a chamada era do desenvolvimento através de seu discurso de posse em 1949, onde enfatizou a hegemonia norte americana no mundo e seu papel em relação as áreas subdesenvolvidas, através de sua política externa baseado em ajudar os países subdesenvolvidos. Durante a execução do plano Marshall que pretendia recuperar a Europa arrasada durante a segunda guerra mundial, o termo desenvolvimento passou a ser usado no sentido empregado de ações públicas de caráter desenvolvimentista.

O governo Truman passou a idéia de intervenção por parte dos governos em áreas deprimidas e atrasadas economicamente. Hoje é muito comum por parte dos diversos níveis de governo a intervenção em áreas pobres e sem muita perspectiva. A partir da necessidade de levar melhorias para estas áreas, desenvolvimento e políticas públicas possam a ter uma forte

relação entre si. Existem vários conceitos de políticas públicas o que geralmente indicam ações, programas, planos etc. que são executadas pelo poder público.

Segundo Secchi (2012, p.1) “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Neste sentido, a atividade dos governos materializados através da execução das diversas políticas públicas, tem como objetivo final o desenvolvimento das pessoas e de seus respectivos territórios de atuação.

No Brasil as políticas desenvolvimentista territoriais tem sido utilizadas a bastante tempo, principalmente a partir dos governos militares pós 1964 onde o planejamento do desenvolvimento territorial foi implantado através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento(PND) e seus rebatimentos regionais, no caso da Amazônia através do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA).

No II PDA (1975-79) estabeleceu o Polamazônia (programa de pólos agropecuários e agro minerais da Amazônia) que criou 15 pólos de crescimento para a região. Este modelo de desenvolvimento foi baseado nos pólos de desenvolvimento e indústria motriz de Perroxo. No Pará são criadas cinco pólos de desenvolvimento, Carajás, Altamira, Trombetas, Tapajós e Marajó, este último voltado para exploração de suas potencialidades agropecuárias. No entanto, pouco se avançou nesta direção, pois tais estratégias de intervenção revelaram-se falhas em seus objetivos, o fato é que o Marajó pouco se desenvolve com as ações do Polamazônia.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL: EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL.

A lei 10.683/03 estabelece ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério da Defesa, a responsabilidade pelo ordenamento territorial Brasileiro. A partir de 2004, o Ministério da Integração Nacional passa a por em prática essa atribuição constitucional contratando especialistas e instituições para a realização dos primeiros estudos de desenvolvimento regional e de ordenamento do território Brasileiro. Tais estudos passaram a ser executados pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SPDR) do Ministério que passou a perseguir o objetivo da elaboração da Política Nacional de

Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

Em níveis macro regionais, o ministério vem elaborando, juntamente com os atores econômicos e da sociedade civil organizada o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e o Plano Estratégico Sustentável do Centro Oeste (PDCO).

Em níveis regionais no Pará, foram implementados os Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá- Santarém) e o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM) importantes instrumentos para a execução de políticas de desenvolvimento sub regional no Brasil. Reuniões e seminários foram realizados, com objetivo de reunir especialistas, técnicos e governos na tentativa da consolidação de uma proposta que seja a mais adequada para o nosso país. Em 2006 realizou-se em Brasília o Seminário Internacional “Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e perspectivas a luz das experiências da União Européia e do Brasil” que reuniu mais de 400 pessoas e da qual foi lançado o livro de mesmo titulo em 2007, reunindo artigos dos mais conceituados estudiosos do desenvolvimento regional e territorial organizado por Clélio Campolina Diniz.

A elaboração de uma Política Nacional de Ordenamento Território com a sua versão preliminar lançada (agosto de 2006) e que foi precedida por seis eixos temáticos. Os seis temas foram: 1) o padrão de uso e ocupação do território e principalmente tendências de transformação; 2) avaliação dos impactos de planos programas e projetos no uso e ocupação territorial no Brasil; 3) políticas de ordenamento do território, a contribuição de experiências nacionais e internacionais; 4) mecanismo e instrumento de organização do território no Brasil uma avaliação (logística e ordenamento do território); 5) espaços geográficos sob o poder da união – uma avaliação da experiência na perspectiva de um PNOT; 6) avaliação do aparato institucional e jurídico – Legal na perspectiva de um PNOT.

Uma série de relatórios técnicos elaborados por especialistas principalmente do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) realizados em 2004 antecederam ao lançamento da versão preliminar do PNOT. Tal estudo aponta para a indefinição do conceito de ordenamento territorial, pois, o mesmo ainda encontra-se em construção.

O ordenamento territorial não é um conceito claro e definido mais sim um conceito em construção. Em grande parte, depende dos contextos e o objetivos diferenciados dos Estados Nações ou blocos supra nacionais que o compõem. Em Parte também, por que o recente resgate do papel dos Estados e suas relações com os respectivos territórios tampouco é claro e definidos (BRASIL, 2006, p. 16)

Segundo Brasil (2006, p. 24), “O ordenamento do território apresenta ralação assenciais, não somente com o desenvolvimento regional mais também com o desenvolvimento do país torna mais ampla”.

Aqui o ordenamento do território é colocado como condição indispensável para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois, somente através de uma política de desenvolvimento do território, reduzindo os gargalos, melhorando o custo Brasil e dotando o território de competitividade em relação a outros territórios é que o capital principalmente estrangeiro será atraído para fazer os investimentos na economia do país.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ.

O Plano de desenvolvimento Territorial sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM) nasce, inserido na nova estratégia de desenvolvimento para a Amazônia, que tenta conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação de suas riquezas naturais. Neste sentido, somente a criação de um plano que respeite o meio ambiente dando oportunidade para as populações locais sobreviverem dos recursos da floresta com a articulação de políticas voltadas para o desenvolvimento do Marajó é que seria viável e passível de concretização em um ambiente bastante carente. Há décadas que a opinião pública mundial tem pressionado as diversas instâncias de governos (Federal ,Estaduais e Municipais) para a adoção de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. As experiências do passado principalmente o modelo de desenvolvimento implantado na região a partir de 1964 pelos governos militares revelaram-se falhas no que se refere às questões ambientais e sociais, pois tais estratégias de desenvolvimento regional estavam pautadas na implantação de grandes obras de engenharia conhecidas como grandes projetos, do qual o Polamazônia foi a síntese máxima desse processo.

No entanto, a própria concepção de desenvolvimento a partir da década de noventa caminhou para uma abordagem de sustentabilidade, onde deveria se conciliar o crescimento econômico com as questões sociais e ambientais. Essa percepção tridimensional do

desenvolvimento (econômico, social e ecológico) em muitas situações vem recebendo bastante críticas no que se refere a sua aplicabilidade.

Este novo paradigma de desenvolvimento, que se inicia a partir do início dos anos 1990, são o resultado de diversas conferências ambientais mundiais já realizadas. Ha várias definições sobre desenvolvimento Sustentável dependendo da abordagem teórica que se queira atribuir a este termo. No entanto, a mais aceita e divulgada no mundo é certamente a do relatório Brundtland, que trabalha com o seguinte conceito de DS, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Nesse sentido, torna-se essencialmente em nome da necessidade da população a construção de um novo modelo de desenvolvimento que respeita os limites dos recursos naturais de nosso planeta. O Marajó desde sua descoberta pelo Espanhol Vicente Pizon, sempre teve como forma de ocupação a exploração de seus recursos naturais que sem nenhuma preocupação com as futuras gerações destruíram parte considerável de seu patrimônio natural. Tal modelo de exploração mercantil baseado na pecuária, no extrativismo e na agricultura, jamais permitiu a formação de um mercado consumidor interno forte que pudesse funcionar como um aglutinador da formação de uma economia local endógena. Atualmente a economia do arquipélago depende fundamentalmente das exportações de seus produtos primários e da importação de produtos elaborados. Pela sua própria natureza econômica, a região tem bastante dificuldade em implantar um novo modelo de desenvolvimento Sustentável de suas atividades produtivas, sem antes ter resolvidos o passivo social que mantém considerável parte da população vivendo em condições econômicas precárias e com a falta de acesso a serviços públicos essenciais.

A implantação do PDTSAM nasce com esse objetivo de corrigir os rumos da economia do Marajó, para uma sociedade produtiva que atenda as necessidades ecológicas, econômicas e que fundamentalmente veja no ser humano um fator central na adoção das políticas públicas a serem elaboradas em colaboração nos três esferas de poder (federal, estadual, municipal).

Figura 1: Mesorregião do Marajó - Área de abrangência territorial do plano.



Elaboração: SEIR/ GeoPARÁ, 2009.

No Marajó formou-se uma sociedade muito ligada a presença da elite pecuarista conservadora, que pouco estimularam os movimentos sociais, para a construção de uma sociedade mais democrática e participativa, sem a qual a adoção de um modelo de desenvolvimento fica comprometida para a região.

[...] o plano é uma importante peça na política de desenvolvimento regional na medida em que trata as desigualdades sociais, traça linhas para crescimento econômico e preocupa-se com a preservação ambiental no arquipélago do Marajó [...] Em suma, o objetivo central do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó é, a partir da ação articulada dos diversos níveis de governo e da sociedade civil implementar, um novo modelo de desenvolvimento local, pautado na valorização do patrimônio natural e na dinamização da atividade econômica sustentável com inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2007, p. 66.)

Este plano trás elementos, como a ação articulada dos diversos governos, a participação na elaboração e gestão da sociedade civil, valorização das atividades produtivas sustentáveis; além da inclusão social a cidadania que se concretizados poderá representar um novo rumo para o Marajó. Pautado nesta forma de gestão e construção participativa, é criado em 2006 o grupo executivo interministerial encarregado de elaborar o plano.

[...] Por meio do decreto Presidencial de 26 de julho de 2006, o grupo executivo interministerial, com o objetivo de acompanhar a implantação das ações de competências dos órgãos federais no Arquipélago do Marajó, além de elaborar, o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó (PDTSAM), em

articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, o GEI do Marajó, como ficou conhecido, é coordenado pela casa civil da presidência da República e integrado por representantes de diversos ministérios e entidades federais, além da participação do governo do Estado do Pará representado por suas secretarias. (BRASIL 2007 p. 69.)

Na construção do plano, além da consulta a especialistas e autoridades de diversas áreas foram realizadas cinco consultas públicas em municípios do Marajó com o objetivo de receber e discutir as representações da população de todos os 16 municípios do arquipélago. A partir dessas consultas públicas, foram considerados cinco grandes eixos temáticos para a discussão e atuação das políticas públicas. Os cinco eixos temáticos foram: 1) fomento as atividades produtivas sustentáveis; 2) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; 3) infraestrutura para o desenvolvimento; 4) inclusão Social e cidadania e 5) relações institucionais. Estes cinco eixos temáticos após as consultas públicas foram transformados em cinco subgrupos de trabalho passando os mesmos a integrar os eixos temáticos do plano de ação para execução na região.

Como estratégia de ação, está em andamento um total de 88 ações de intervenção no arquipélago envolvendo as três esferas do governo que se implantados em sua totalidade poderá significar um grande avanço para a sociedade local, principalmente pela infra-estrutura física que estão colocadas para ser executadas na região.

O MARAJÓ COMO UM TERRITÓRIO DE OCUPAÇÃO ANTIGA E DE BAIXA DENSIDADE TÉCNICA E ECONOMIA PRIMÁRIA

O atual território do Marajó apresenta uma ocupação bastante antiga, onde há vestígios da presença de várias civilizações pré - coloniais nas áreas onde os vestígios cerâmicos marajoaras atestam essa datação de seus primeiros habitantes. A sua descoberta deve-se ao Espanhol Vicente Pizon que a batizou de Ilha Grande de Joanes, a região passa a ser inserida no processo colonial a partir de 1754 passando a denominar-se Marajó que em Tupi significa “barreira do mar”. No encontro cultural do colonizador com os povos pré – coloniais, uma grande parte desses povos foram escravizados e mortos principalmente pelos Portugueses.

Grande parte da população indígenas da época da colonização foi dizimada durante as grandes guerras ocorridas entre os Portugueses e os Aruás ou Aruac e Nhamiquaras nações indígenas bastantes numerosas que habitavam a então ilha grande de Joanes. Essa população foi duramente escravizada pelos portugueses que tomaram para si grandes áreas de terras através de concessões de “sesmarias”. Em 1721 e 1740 foram distribuídas mais de 50 sesmarias. (BRASIL, 2007 p. 17).

A região por apresentar-se em uma área isolada dos grandes centros econômicos do Estado e do país, tem uma baixa densidade técnica no que se refere a presença de obras de engenharia estruturante, como grandes rodovias, portos, empresas e setor produtivo de maior monta. A presença de baixa densidade técnica no arquipélago, deve-se ao seu perfil físico que é constituído de grandes campos, de áreas alugadas e ilhas além da existência de uma economia pouco estimulante na atração de capital produtivo para a região. Além do mais, a região está fortemente assentada em uma economia pouco dinâmica que é a atividade primária onde a pecuária, o extrativismo, a pesca e a agricultura representam o maior seguimento da economia da região. No que se refere à agricultura que é do tipo de subsistência está baseada na plantação de culturas pouco valorizadas economicamente no mercado consumidor, como a mandioca, feijão, abacaxi, arroz, banana, milho, coco, etc. Além do mais, esta produtividade é comprometida com as condições físicas da região, como a falta de escoamento da produção, armazenamento e energia elétrica para o beneficiamento de muitas dessas culturas. No setor da pecuária, a região enfrenta vários problemas com o seu rebanho que vai desde o cercamento inadequado das propriedades onde o gado é criado solto no pasto sem maiores cuidados, à falta de um controle mais eficiente de sanidade por parte da Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÀ) e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), dificuldades para o escoamento e escassez de energia elétrica o que faz com que parte da produção se perca. Quanto a pesca, enfrenta problemas semelhantes a pecuária e o extrativismo vegetal agregando pouco valor aos produtos naturais que são comercializados na região. O extrativismo está assentado no setor madeireiro, no açaí, seringa.

O MARAJÓ COMO UM TERRITÓRIO DE ESCASSEZ DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

O poder público no Marajó, em diversos setores tem uma baixa presença em termos de prestação de serviços públicos essenciais a população local. Essa ausência do Estado no arquipélago tem provocado o êxodo da população para outras regiões do Pará principalmente a capital, Belém onde o Estado tem uma presença maior. No setor de transporte, por exemplo, está praticamente limitado ao hidroviário e marítimo, onde o rodoviário é praticamente inexistente na área.

O sistema de transporte limita-se ao marítimo e ao hidroviário praticamente inexistem rodovias na região e as poucas vicinais existentes são intrasitáveis na

estação da chuva. O transporte empregado tanto para a condução dos moradores quanto para o escoamento da produção é feito pelos rios usando-se um veículo típico denominado de “Casco.” (BRASIL, 2007, p.53)

No setor de energia elétrica, a oferta da mesma na região é bastante precária sendo fornecida por usinas termo elétricas que abastecem praticamente somente as sedes dos municípios. A falta de energia firme é hoje um dos principais problemas para o arquipélago, pois isto impede a dinamização da produção da região, fazendas, frigoríficos que demandam por este serviço para suas atividades não consegue manter uma produtividade, pois falta energia que seria essencial para a conservação animal. Em 2007, com a visita do primeiro Presidente da República, a visitar o Marajó, Lula anunciou em Breves termo de compromisso para a interligação do linha de Tucuruí que será ligado ao Marajó a partir de Cametá- Oeiras do Pará levando energia firme para toda a região.

Figura 2: Sistema Elétrico Proposto ao Marajó.



Elaboração: SEIR/ GeoPARÁ, 2009

No setor de saúde pública, a situação é bastante grave, pois existem sedes municipais que não dispõem de nenhum serviço público de saúde para atender, a população como é o caso dos municípios de Santa Cruz do Arari , Ponta de Pedras , Melgaço, Chaves, Cachoeira do Arari, Bagre, e Afuá que dependem de outros municípios para cobrir esses serviços.No setor de saneamento básico, a situação é preocupante com municípios com baixa cobertura de

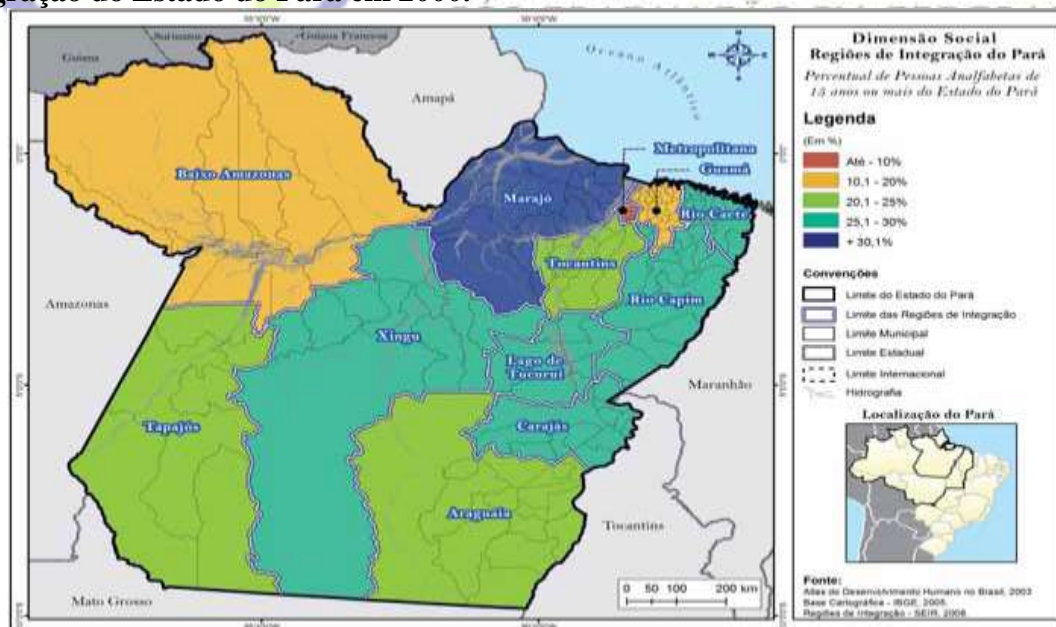
serviço de abastecimento de água por rede geral, como é o caso dos municípios de Chaves e Anajás, onde este serviço é capitado diretamente dos rios.

É necessário ressaltar que o rio não serve apenas como fornecedor de água para as necessidades básicas (cozinhar, lavar, roupa, banhos etc.), mas também como depósito de dejetos o que produz conseqüências danosas a saúde da população, isso denota precárias condições de saneamento ambiental. (BRASIL,2007,p. 59)

52

Isso sem falar nos serviços de esgotamento sanitário, que é bastante pequeno. No setor de educação, a situação não é diferente, a ausência desses serviços está materializada na pouca presença de escolas de segundo grau, e raríssimas extensões de universidades no arquipélago. O ensino médio é ofertado somente na sede municipal o que faz com que parte dos estudantes que moram nas ilhas e colônias desista de estudar ao serem aprovados para cursarem o ensino médio. Quanto ao grau de analfabetismo é muito alto no arquipélago do Marajó registrando 53.14% em Anajás, 58,81% em Portel e 58,81% em Melgaço. (BRASIL, 2007).

Figura 3: Percentual de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais por Região de Integração do Estado do Pará em 2000.



Elaboração: SEIR/ GeoPARÁ, 2009

Esta situação merece uma atenção urgente se queremos construir uma sociedade sustentável e com oportunidade para todos, onde a educação seja colocada como a principal estratégia de desenvolvimento libertário de um povo. Esta constatação da ausência da

presença do estado nestes mesmos serviços essenciais precisa urgentemente ser reparada sob pena de no Marajó a população começar a nutrir sentimentos e atitudes separatistas em relação ao restante do Estado como já acontece no caso das questões separatistas de Carajás e Tapajós.

CONCLUSÃO

A forma como foi construído o PDTSAM com uma metodologia de trabalho incluindo os vários atores na elaboração do plano, foi certamente um marco gerador de expectativas positivas para a população marajoara, que vê na sua execução a oportunidade do estado se fazer presente neste território abandonado a séculos; onde os serviços públicos essenciais de extrema necessidade não se fazem presentes. No primeiro momento, a execução do plano deverá ter como eixo condutor a satisfação das necessidades básicas sociedade marajoara (educação, saúde, saneamento básico, transporte e auxílio ao setor produtivo local). No segundo momento, deverá caminhar para a ampliação da presença cada vez maior do aparelho de estado no arquipélago, onde a miséria é bastante acentuada, com os menores indicadores sócio- econômicos do Pará e um isolamento físico-territorial que precisa ser urgentemente resolvido com políticas públicas mais atuante. Neste sentido, é urgente a adoção de um pacto territorial sustentável entre os atores dos governos federais, estaduais, e municipais, com a inclusão do seguimento produtivo econômico local e da sociedade civil organizada. Este plano deverá ter como objetivo a inclusão social e ampliação da cidadania através da realização de obras e serviços públicos essenciais a esta população, pois somente desta forma teremos a adoção de um modelo de desenvolvimento que realmente inclua a população em um novo estágio de realização da pessoa humana.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Presidência da Republica. Casa Civil. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**, Brasília 2007.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Documento base para a definição da política nacional de Ordenação do território PNOT (versão preliminar)** Brasília, 2006.

- COSTA, José Marcelino Monteiro da. Desenvolvimento sustentável, colonização e desenvolvimento econômico. In: XIMENES, Tereza (org) **Perspectiva do desenvolvimento sustentável uma contribuição para a Amazônia 21**, Belém, 1997, UFPA NAEA SUDAM.
- ESTEVA, Gustavo, Desenvolvimento. In SACHS, Walfgang (editor). **Dicionário do Desenvolvimento: para o conhecimento como poder**. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.
- RAFFESTIN. Claude. **Por uma geografia do poder**. Ed. Ática, São Paulo 1993.
- SANTOS. Milton. **Por uma Geografia nova**. 3º Ed. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SECCHI. Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo. Cengage Learning, 2012.
- SILVA. João Márcio Palheta. **Exercícios de poder: os exemplos de gestão e viabilidade financeira de Parauapebas e Curionópolis no Sudeste Paraense**. Belém, 1999. In: Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. NAEA / UFPA.
- SOUZA, Celina. Estado da Arte da pesquisa em políticas públicas. In. HOCHAMAN, Gilberto, ARRETECHE. Marta & Marques, Eduardo (Orgs) **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2007,
- SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. “Território: Sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento”. In: Castro. I, et al. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.